



VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção

Agricultura Familiar: Crise Alimentar e Mudanças Climáticas Globais

23 a 25 de Junho de 2010

ANAIS

Realização:



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



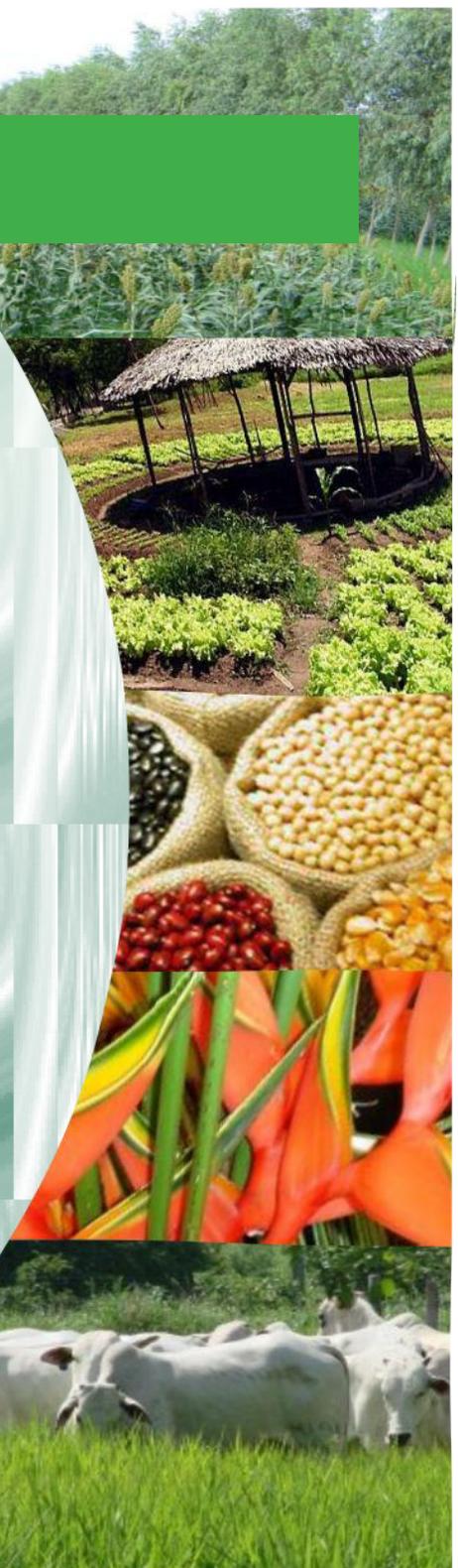
Cocais e Planícies Inundáveis
Meio-Norte
Agroindústria Tropical
Cerrados



Realizando a Qualidade



Banco do
Nordeste



Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (8.: 2010: São Luís,MA).

Anais do VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção/UEMA, Mestrado em Agroecologia: EMBRAPA. – São Luís: UEMA, 2010.

1 CD-ROM

ISBN: 978-85-86036-57-6

1. Metodologias inovadoras. 2. Sistemas de produção. 3. Recursos naturais. 4. Extrativismo. 5. Desenvolvimento territorial

CDU: 631.151 (063)



O DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO DA BR-230 (TRANSAMAZÔNICA) E DO PDRS XINGÚ

Luiz Guilherme Teixeira Silva – Eng. Agr. / Geólogo, D.Sc. Desenvolvimento Socioambiental; pesquisador, Embrapa Amazônia Oriental, Tv. Dr. Enéas Pinheiro, S/N, Belém-PA; lugui@cpatu.embrapa.br

Introdução

Este trabalho é parte das contribuições apresentadas pela Embrapa Amazônia Oriental como uma das instituições envolvidas no Grupo de Trabalho interinstitucional constituído pela Secretaria Estadual de Integração Regional – SEIR para subsidiar a elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região de Integração Xingu, no Estado do Pará.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu integra uma parceria entre o governo federal e o governo do estado do Pará e se constitui em um dos instrumentos para a descentralização das políticas públicas no Estado do Pará (PDRS Xingu, 2010). Com esse propósito, a partir de 2007 o governo deste Estado tem fomentado a formulação e implementação de políticas públicas com base nas potencialidades locais¹. No âmbito estadual compõe ações efetivadas a partir do Planejamento Territorial Participativo (PTP), do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal e adicionalmente se insere no contexto do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e na formulação de crescimento do país projetada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Não obstante as suas diretrizes e eixos temáticos estratégicos, o PDRS Xingu deve ainda incorporar ações e prioridades já identificadas no âmbito do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS do Território da Transamazônica, 2006). Nesse sentido, é proposta a ampliação e incorporação de algumas discussões que não foram suficientemente esgotadas naquele território, como forma de resgatar atividades econômicas com elevado potencial na produção rural e, principalmente, dotar o setor agrícola de políticas de crédito e o fortalecimento de cadeias produtivas que valorizem arranjos mais complexos, em sua maioria, de maiores impactos aos grupos sociais sob certas especificidades como a agricultura familiar.

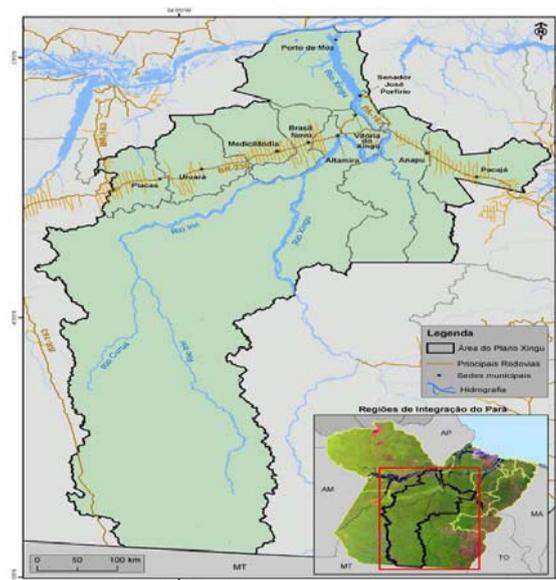
Material e métodos

Foram utilizados dados primários e secundários contidos no Diagnóstico da Área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (Figura 1) que abrange os municípios da região de integração do Xingu: Anapu, Altamira, Brasil Novo, Pacajá, Placas, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, com uma área total de 250.791,94 km² e população de 293.088 habitantes, baseado em dados do IBGE, 2007.

¹ Como um dos instrumentos para o planejamento da ação governamental e para facilitar a articulação institucional e territorial, o Governo do Estado adotou uma subdivisão do seu território em 12 Regiões de Integração, onde se inclui a Região de Integração do Xingu. Essa regionalização servirá de base à descentralização administrativa do governo e à aproximação mais eficaz com a população local, para identificar ações e políticas públicas adequadas às necessidades sub-regionais.



Mapa 1: Área de abrangência territorial do PDRS Xingu, com parte da BR-230.



Elaboração: SEIR/GeoPARÁ

Resultados e discussão

Entre os eixos temáticos contemplados no PDRS Xingu, são destacados neste artigo: Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; *Fomento às atividades produtivas sustentáveis*; *Inclusão social e cidadania*, além da *Infraestrutura para o desenvolvimento*, os quais mantêm estreita relação com a principal categoria de análise aqui focada – Agricultura Familiar. Em outras palavras, significa dizer que, não obstante alguns avanços conseguidos, como o crédito e financiamento de algumas atividades, conquistado em programas como o PRONAF, à exceção de projetos voltados ao desenvolvimento da pecuária, as múltiplas combinações e arranjos mais diversificados permanece sem linhas de crédito que os contemple na região.

Ao longo dos últimos trinta anos, o que se tem observado na região da Transamazônica é que os produtores rurais, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, tiveram que adotar estratégias que envolviam migrações internas para outros lotes, mas, aos poucos, conseguiram se fixar a terra e nela permanecer consolidando uma fronteira agrícola, marcada pela presença tanto da agricultura familiar quanto de empresas rurais que tiveram com base os sistemas de pecuária, sobretudo nas maiores propriedades rurais localizadas mais próximas a BR-230 (Transamazônica), nas quais se reproduz um modelo mais simplificado - a pecuária. E em que pese recomendações em contrário, face os passivos ambientais e a degradação produzida, este ainda permanece como o mais importante reprodutor do modelo mecânico-químico de produção no meio rural (simplificado), ainda que sob baixos níveis de produtividade da terra e de mão-de-obra.

Entretanto, contrariando essa tendência histórica consolidada, na busca por um modelo que venha estabelecer uma quebra de paradigma tecnológico para a região, atualmente, um enorme leque de possibilidades tem se apresentado, oriundas de uma vasta experiência com sistemas agrícolas empiricamente testados pela agricultura familiar,



VIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Agricultura Familiar: Crise Alimentar e Mudanças Climáticas Globais

mesmo sem o devido acompanhamento da assistência técnica e da pesquisa, que permita testá-los cientificamente e os validar, nestas bases.

Algumas famílias de agricultores que para ali migraram, oriundos de diferentes regiões do país, desde a década de 1970, vêm adotando inovações em seus lotes, entre estas, a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs), formados principalmente por espécies florestais comerciais consorciadas a culturas perenes, ou, enriquecendo capoeiras, ainda que restrito a pequenas áreas. Os SAF têm sido uma importante alternativa de uso da terra para a agricultura familiar, pela maior diversificação dos sistemas de produção e a introdução de culturas perenes, o que os torna mais sustentáveis ao longo prazo.

Em vista desta realidade, impõe buscar os caminhos institucionais e políticas públicas adequadas que permitam oferecer as condições de infra-estrutura e os recursos necessários para a promoção de um verdadeiro desenvolvimento rural sustentável a esta região. Nesse sentido, o imperioso aparelhamento e presença de alguns órgãos públicos responsáveis pela coordenação e condução dessas políticas, como SAGRI, EMATER/PA, INCRA, ITERPA, BASA, Banco do Brasil, BANPARÁ, e outras instituições reguladoras como: IBAMA, IDEFLOR, SEMA, ADEPARÁ, e de pesquisa, como a Embrapa, as Universidades, Institutos de Pesquisa e algumas ONGs, exige a alocação de orçamentos e fundos mantenedores destas instituições para que estas possam efetivamente desempenhar seus papéis.

Paralelamente, os processos de planejamento participativos voltados aos interesses do desenvolvimento territorial, devem anteceder a elaboração de planos tradicionais como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e/ou Plano Diretor Urbano/Rural e servir de guia para futuros orçamentos (Plano Territorial, 2006, p.17) que cada um dos municípios deva cumprir constitucionalmente como um bom direcionador das ações prioritárias na execução dos seus respectivos orçamentos.

Mesmo diante de limitações de infra-estrutura a região da BR-230 (Transamazônica), especificamente no trecho compreendido entre os municípios de Pacajá e Rurópolis, em boa parte dos seus travessões, ano após anos, os produtores rurais se defrontam com problemas de isolamento e escoamento da produção e da sua população até os centros urbanos, onde poderiam ser acessados, com relativa facilidade, serviços básicos que tem por direitos humanos e constitucionais à saúde e à educação, assim como as redes bancária e de comunicação, facilitando a consolidação do seu desenvolvimento agrícola.

Na base desses pólos outrora pensados como indutores de desenvolvimento para àquela região pelo Estado, emergiu, contudo, a expressão de um território essencialmente rural, mesmo diante das dificuldades encontradas. E nele o que se observa na prática é uma pujante produção agrícola e florestal que a cada dia se consolida e, não obstante os baixos rendimentos das culturas encontradas são responsável pela produção de carne bovina, leite, feijão, mandioca, pimenta-do-reino, cacau e frutas como acerola, cupuaçu, cajá e as cítricas. E isso se deve em parte à falta de assistência, tanto técnica como de infra-estrutura aos agricultores. Ainda assim, trata-se de uma região ocupada por 90% da produção agrícola regional (Antonio e Salgado, 2005).

E na contramão da falta de uma infra-estrutura que dê o suporte necessário às demandas surgidas, podem ser contabilizados alguns esforços institucionais no acompanhamento das mudanças observadas. Trabalhos conduzidos por equipes do Laboratório



VIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Agricultura Familiar: Crise Alimentar e Mudanças Climáticas Globais

Agroecológico da Transamazônica – LAET, do NEAF, em parceria com a Embrapa e a UFPA-LASAT mostram que estes sistemas vêm sendo introduzidos de diversas formas, arranjos e práticas de manejo, segundo critérios adotados pelos próprios agricultores.

A maioria dos SAFs é formada por cultivos perenes (pimenta, café ou cacau) e espécies florestais, ou estas em enriquecimento de capoeiras. As espécies florestais mais comuns são: Mogno brasileiro (*Swietenia macrophylla*), Mogno africano (*Swietenia mahogany*), Neem *Azadirachta indica* e o Paricá (*Schyzobium amazonicum*). Entre as diferentes combinações de espécies usadas, manejo e tratos silviculturais, também são encontrados agricultores que realizam tão somente a capina no primeiro ano de plantio e no roço, realizado em média de uma a quatro vezes por ano (quase todos os agricultores). Em todos os SAFs com mogno brasileiro (*Swietenia macrophylla*), estes vêm apresentando problemas com ataque de insetos praga, a broca *Hypsipyla grandella*, à exceção daqueles em situação de sombreamento, embora árvores conduzidas a pleno sol sejam as que apresentam maior desenvolvimento. As demais espécies não apresentam problemas com pragas ou doenças, mas tem mostrado melhor crescimento a pleno sol e o mogno africano (*Khaya ivorensis*) um desempenho superior à espécie brasileira.

Na percepção dos agricultores, os SAFs são vistos como uma forma de reflorestamento de sua propriedade e de valorização da terra, inclusive, por atender a legislação ambiental, no sentido de recompor passivos existentes nas propriedades. Particularmente, a introdução de espécies madeireiras de valor comercial como o mogno representam para eles uma renda futura. Dessa forma, alguns agricultores vêm cuidando também das árvores de espécies florestais regeneradas naturalmente nas parcelas como o paricá (*Schizolobium amazonicum*) e a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), ou estão, no plantio de outras espécies, a partir de sementes provenientes das reservas de mata de suas propriedades. Contudo, apesar do interesse mostrado por todos os agricultores de introduzir novas árvores e/ou diversificar os plantios, as práticas de manejo nos SAFs são aplicadas, em benefício somente dos cultivos perenes, tornando-se fator limitante ao desenvolvimento desses sistemas como um todo na região.

Particularmente, arranjos que valorizem e fortaleçam a cultura do cacau, enquanto espécie que já se mostrou viável do ponto de vista agroecológico, pode e deve, também, ser resgatada, não somente como arranjos em monocultivo, mas, associada a outras espécies, compondo novos arranjos em SAFs. Com isso é oportuno ampliar o debate em torno do aparelhamento e fortalecimento da CEPLAC, sob novas bases, como forma de alavancar a cultura na região. Ainda nesse sentido, a própria atividade pecuária desde que adequadamente trabalhada, com a intensificação e uso de boas práticas de manejo, também pode ter seu espaço e fortalecimento, aproveitando a tradição de alguns produtores que migraram para a região e a relativa posição estratégica em relação a grandes mercados consumidores, na região, no país e no mundo, a serem acessados.

Em atenção às sanções e limitações impostas pela legislação ambiental, levando-se em consideração o quantitativo de reserva legal e áreas de proteção permanente existente, em face das possibilidades de expansão dos sistemas agrícolas, os estoques de espécies nativas de valor comercial subexistem nos remanescentes maciços florestais, abrindo possibilidade para que muitas dessas espécies, atualmente sem valor de mercado, passem no futuro a ser exploradas comercialmente, sob manejo florestal de baixo de baixo impacto, sobretudo, com a completa pavimentação da BR-230 (Transamazônica),



VIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE
PRODUÇÃO

Agricultura Familiar: Crise Alimentar e Mudanças Climáticas Globais

e sua exploração em mais de um ciclo, desde que assegurados os direitos de posse e exploração da terra aos seus fiéis depositários e proprietários, em favorecimento de sistemas de produção mais sustentáveis que valorizem mais a floresta em pé, não se limitando aos mecanismos de redução de emissões por desmatamento evitado - REED.

Referências

Antonio, Luciana da C.; Salgado, Iliana Aspectos sobre a viabilidade das experiências de sistemas agroflorestais implantados por agricultores na região da Transamazônica, Pará. Altamira: UFPA - Campus de Altamira; Laboratório Agroecológico da Transamazônica – LAET, In: Anais 57ª Reunião Anual da SBPC - Fortaleza, CE - 2005.

Plano Nacional de Ordenação Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional – MI. 2006.

Plano Desenvolvimento Rural Sustentável da região de Integração do Xingu. Brasília: Casa Civil da presidência da república; Governo do Estado do Pará- Secretaria de Integração Regional – SEIR. 2010.